

ANÁLISE DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DO BANCO DO BRASIL S/A

CAMILA DA COSTA
UNIVERSIDADE FEEVALE

DUSAN SCHREIBER

PAOLA SCHMITT FIGUEIRÓ

LUCIANE PEREIRA VIANA
UNIVERSIDADE FEEVALE

Introdução

Acredita-se que o foco da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável (DS) devem estar alinhados com os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Tópicos como “gestão ambiental”, “gestão socioambiental”, “sustentabilidade empresarial” estão na pauta das organizações, mas ainda é necessário que elas percebam o peso real que estes temas representam (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009), há muito o que evoluir, aclarar, avançar e regular.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Definiu-se como objetivo analisar as práticas de sustentabilidade realizadas pelo Banco do Brasil, empresa eleita como a mais sustentável do Brasil nos anos 2019, 2021 e 2022. O Banco do Brasil S.A. (BB) é uma sociedade anônima aberta, de direito privado, de economia mista e controlada pela União, sendo o primeiro Banco a operar no País e também a primeira empresa a realizar uma oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro (BANCO DO BRASIL, 2019).

Fundamentação Teórica

O marco teórico conta com os autores sobre desenvolvimento sustentável (DS) como Feil e Schreiber, (2017); Dias (2011); Amaral, Stefano e Chiusoli, (2018); Alves (2019), entre outros. Tendo em vista a necessidade de reforçar o compromisso ambiental internacional, em 2015, a ONU lança a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam configurar uma lista de tarefas a serem cumpridas até 2030 por todos os países. Estes objetivos contemplam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Metodologia

Como metodologia optou-se pela abordagem qualitativa e descritiva e estudo de caso. Na coleta de dados foi realizada uma análise documental com observação netnográfica não participante (técnica em que o pesquisador tem contato com a realidade a ser pesquisada, mas não interfere) e sistemática (com registro através de print de telas e download de arquivos) de Agosto a Outubro de 2019. Os dados foram interpretados de acordo com a análise de conteúdo

Análise dos Resultados

A pesquisa evidenciou que o Banco do Brasil possui uma atuação relevante nas três dimensões da sustentabilidade. Na dimensão social destacam-se os programas de aprendizagem direcionados ao adolescente e jovem, voluntariado e doações incentivadas. Na dimensão ambiental da sustentabilidade merece destaque o documento com as diretrizes de sustentabilidade BB para o crédito, modelo de negócios para o Reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL), além de programas de conservação de energia e de uso racional de água.

Conclusão

Apesar da existência de diversos estudos sobre a atuação do Banco do Brasil em prol da sustentabilidade, o ineditismo desta pesquisa decorre da evidenciação das ações institucionais nas três dimensões da sustentabilidade, de forma sistêmica e estruturada, facultando ao leitor identificar características de gestão institucional com foco na sustentabilidade. Desta forma, tanto a academia, como os gestores organizacionais e a sociedade, poderá compreender nuances da gestão estratégica socioambiental do Banco do Brasil.

Referências Bibliográficas

AMARAL, L. A et al. Sustentabilidade Organizacional na Perspectiva do Triple BottomLine: O Caso Itaipu Binacional. Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC, v. 5, n. 1, 64-80, 2018. ALIGLERI, L et al. Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. [S.l: s.n.], 2009 ALVES, R. R. Sustentabilidade empresarial e mercado verde. Editora Vozes Limitada, 2019. FEIL, A. A; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Cadernos Ebape. BR, v. 15, n. 3, 667-681, 2017.

Palavras Chave

Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Socioambiental, Banco do Brasil

ANÁLISE DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DO BANCO DO BRASIL S/A

1 INTRODUÇÃO

O fim do século XX revelou o crescimento da consciência da sociedade em relação à degradação do meio ambiente, decorrente do processo de desenvolvimento. Um aprofundamento da crise ambiental, somado à reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo, conduziu ao conceito chamado de desenvolvimento sustentável (VAN BELLEN, 2003, FEIL; SCHREIBER, 2017). Lançado em julho de 2000, o *Global Compact* ou Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) teve como objetivo promover valores universais, como justiça, sustentabilidade ambiental e direitos humanos. A criação deste pacto colocou as empresas como protagonistas fundamentais no desenvolvimento das nações, assumindo um papel responsável dentro da sociedade com a qual interagem (BENITES; POLO, 2013).

As pressões pelo aumento da riqueza nacional e para satisfazer as necessidades básicas da população instiga a exploração de recursos naturais. No entanto, o aumento das atividades extrativas e industriais representam sérias pressões na capacidade de recuperação dos ecossistemas e na sustentabilidade (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012). Acredita-se que o foco da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável (DS) devem estar alinhados com os aspectos ambientais, sociais e econômicos. Nos anos 1990, no Brasil, as empresas estavam se ajustando para atender aos apelos de proteção ambiental, buscando reduzir o impacto de suas atividades na natureza e preocupando-se com o uso adequado dos recursos naturais.

Considerado um desafio coletivo, a busca pelo DS posiciona as empresas como atores dentro do contexto socioambiental, contudo, há muito o que evoluir, aclarar, avançar e regular. Tópicos como “gestão ambiental”, “gestão socioambiental”, “sustentabilidade empresarial” já estão na pauta das organizações, mas ainda é necessário que elas percebam o peso real que estes temas representam (ALIGLERI; ALIGLERI; KRUGLIANSKAS, 2009). Porém, as empresas estão cientes de seus deveres com o meio ambiente? Será que estão de fato contribuindo para um mundo mais sustentável? A sustentabilidade é uma iniciativa cada vez mais necessária, exigindo das empresas uma gestão integrada e estratégica. Nesse contexto, entende-se que as empresas estão se preparando cada vez mais para atender consumidores que buscam produtos verdes, que poluem menos e que preservam o meio ambiente.

Desta forma, definiu-se como questão de pesquisa: quais as dimensões dos três pilares que formam o desenvolvimento sustentável são realizadas pelo Banco do Brasil, empresa eleita como mais sustentável do país, nos anos 2019, 2021 e 2022? Destarte, tem como objetivo analisar as práticas de sustentabilidade realizadas pelo Banco do Brasil, empresa eleita como a mais sustentável do Brasil nos anos 2019, 2021 e 2022. O Banco do Brasil S.A. (BB) é uma sociedade anônima aberta, de direito privado, de economia mista e controlada pela União, sendo o primeiro Banco a operar no País e também a primeira empresa a realizar uma oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro (BANCO DO BRASIL, 2019).

Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla com foco em investigar as ações de marketing verde das duas empresas mais sustentáveis do Brasil. Para o recorte deste artigo utilizou-se a abordagem qualitativa, descritiva e estudo de caso realizado com observação netnográfica não participante e sistemática, com análise documental de dados secundários da empresa Banco do Brasil. A coleta foi realizada nos meses de Agosto a Outubro de 2019, os dados foram interpretados de acordo com a análise de conteúdo. Este artigo é composto por cinco seções, na sequência é apresentado o referencial teórico, na terceira seção é descrito o procedimento metodológico adotado, resultados e discussão dos dados estão na quarta seção, por fim, considerações finais e referências encerram este texto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os problemas ambientais começaram a ganhar visibilidade nos países desenvolvidos, que foram os primeiros a serem impactados pela Revolução Industrial, na metade do século XX (SACHS, 2009). Considerada o marco inicial do movimento pelo desenvolvimento sustentável (DS), em 1968, foi realizada em Paris a Conferência sobre a Biosfera. Nela foi criado o programa Homem e Biosfera (MaB, do inglês *Man and the Biosphere*), visando ampliar a compreensão da relação entre o homem e o meio ambiente, promovendo o conhecimento, a prática e os valores humanos para implantar as boas relações entre as populações e o meio ambiente. Mesmo depois que outros órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU) assumiram os debates, como a Assembleia Geral da ONU em 1966, e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a Unesco continuou dando sua contribuição para esse movimento nos campos da educação e cultura. (BARBIERI; DA SILVA, 2011).

Com o foco na preservação dos recursos naturais do planeta, criou-se, em 1968, o Clube de Roma, formado por intelectuais e empresários, onde foi concebido um relatório intitulado *Os Limites do Crescimento*. Os estudos abordaram quatro questões, apontadas como elementos fundamentais para alcançar a sustentabilidade: (a) o controle do crescimento populacional; (b) o controle do crescimento industrial; (c) a insuficiência da produção de alimentos; (d) o esgotamento de recursos naturais. A partir disso, o meio ambiente e desenvolvimento convergem através do conceito de ecodesenvolvimento, que dará origem ao conceito de desenvolvimento sustentável (DE PASSOS, 2009). A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), ocorreu em Estocolmo, capital da Suécia, no ano de 1972 e é considerada um dos mais importantes encontros internacionais para discussões ambientais. A Conferência de Estocolmo foi precedida pelo encontro Founex, de 1971, no qual foi discutido pela primeira vez a respeito das relações entre o desenvolvimento e o meio ambiente (SACHS, 2009). Durante a CNUMAH foi criada a Declaração sobre o Ambiente Humano, um instrumento para tratar de problemas sociais e ambientais planetários. O documento é formado por 26 princípios orientadores para a construção de um ambiente harmônico, contemplando aspectos humanos e naturais, considerados essenciais para o acesso ao bem-estar e aos direitos fundamentais (BARBIERI; DA SILVA, 2011).

Contudo, apenas a partir de 1987, as agendas diplomáticas internacionais retomaram o foco às atividades ambientalistas (DE PASSOS, 2009). A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) criou em 1987 um documento chamado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), que relaciona a economia e a ecologia, pautando os Estados sob sua responsabilidade pelos danos ambientais e pelas políticas que os causam (DIAS, 2011). O termo Desenvolvimento Sustentável surgiu em 1987, neste documento que é o relatório da *World Commission on Environment and Development* e também popularmente conhecido como Relatório de Brundtland, no qual é estabelecido que a exploração desmedida e irresponsável dos recursos naturais deve ter fim, dando espaço para atividades responsáveis e equilibradas, visando o progresso a qualidade de vida e um meio ambiente seguro (SILVA; LACERDA; JUNIOR, 2005). A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, deu origem a importantes documentos, com destaque para a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, e a Agenda 21 Global, que simbolizam o comprometimento com o meio ambiente entre os países, representados por 179 chefes de estado, através de um compromisso de alinhar o desenvolvimento com o equilíbrio ambiental. Em dezembro de 1992, foi criada a Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável, para assegurar que as propostas da Rio 92 fossem implementadas (MALHEIROS et. al, 2008; DIAS, 2011).

Durante os preparativos para a Rio 92, ocorreram diversos debates sobre a relação entre estilo de vida, práticas de consumo e problemas ambientais globais. A Agenda 21, a Declaração do Rio e o Tratado das Organizações Não Governamentais, documentos produzidos durante a conferência, apontaram a responsabilidade dos estilos de vida e consumo, principalmente das populações dos países do Norte, pela crise ambiental. Este acontecimento alterou o discurso dominante, cujo foco passou dos problemas ambientais causados pela produção para os problemas ambientais causados pelo consumo (PORTILHO, 2005). Em 1992, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento lançou a ideia de três pilares que formam o desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômico. Em 1994 foi criado o termo *triple bottom line*, segundo o qual, as corporações estão voltadas para o seu valor econômico, ambiental e social (ELKINGTON, 2001). Já Sachs (2009) apresenta outras dimensões, além das três especificadas como o *triple bottom line*, que são a cultural, ecológica, territorial e política. A abrangência de cada uma das dimensões é detalhada no Quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões e critérios do *triple bottom line*

Dimensão	Crítérios
Social	Alcance de um patamar razoável de homogeneidade social
	Distribuição de renda justa
	Emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente
	Igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais
Cultural	Equilíbrio entre respeito à tradição e inovação
	Autonomia para um projeto nacional integrado e endógeno
	Autoconfiança combinada com abertura para o mundo
Ecológica	Preservação da capital natureza na sua produção de recursos renováveis
	Limitar o uso dos recursos não renováveis
Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais
Territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público)
	Melhoria do ambiente urbano
	Superação das disparidades inter-regionais
	Estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis
Econômica	Desenvolvimento econômico Intersetorial equilibrado
	Segurança alimentar
	Capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção com razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica
	Inserção soberana na economia internacional
Política Nacional	Democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos
	Desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores
	Nível razoável de coesão social
Política Internacional	Eficácia do sistema de prevenção de guerra da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional
	Criação de um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco)
	Controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios
	Controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade
	Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de <i>commodity</i> da ciência e tecnologia, também propriedade da herança comum da humanidade

Fonte: adaptado de Sachs (2009).

No final de agosto de 2002, reuniram-se na Rio+10, em Joanesburgo/África do Sul, os representantes de governos de mais de 150 países, grandes empresas, associações setoriais, organizações não-governamentais, milhares de pessoas, entre elas delegações e jornalistas do mundo inteiro (SEQUINEL, 2002). A Cúpula da Terra ou Rio+20, realizada em 2012, contribuiu para consolidar a percepção da sociedade para as interconexões entre as dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas do desenvolvimento. Sediada no Rio de Janeiro, a Cúpula possibilitou que fossem lançadas as bases para uma nova concepção de desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

“Sustentável” é um conceito que traz consigo a responsabilidade de criar uma solução quanto à deterioração verificada nas interrelações do sistema global ambiental humano, sendo suportada pelo processo de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade (FEIL; SCHREIBER, 2017). Os seres humanos necessitam dos recursos naturais para a sua sobrevivência, e isso já é motivo suficiente para compreender a necessidade de um gerenciamento efetivo a longo prazo. O DS é um desafio à humanidade, que deve buscar melhorar as condições de vida das pessoas no presente e garantir que iguais condições existam no futuro, encontrando soluções que confirmam a sobrevivência do planeta e das pessoas, preservando recursos suficientes para garantir que o planeta mantenha o equilíbrio e seja um lar para todos (AMARAL; STEFANO; CHIUSOLI, 2018; ALVES, 2019; SILVA; LACERDA; JUNIOR, 2005; CALIXTO, 2008).

O DS é a sequência de estratégias adotadas para aproximar o complexo sistema ambiental humano ao nível de sustentabilidade de maneira harmônica, ao longo do tempo, de maneira perene. Seu objetivo é a ruptura de paradigmas por meio de mudanças de compreensão, e posicionamento cultural da sociedade, de maneira que sua importância seja evidenciada com auxílio de ações que reposicionam os aspectos negativos, identificados pelos indicadores em direção à sustentabilidade. Sendo assim, com a condução plena da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, atinge-se o sustentável (FEIL; SCHREIBER, 2017).

Tendo em vista a necessidade de reforçar o compromisso ambiental internacional, em 2015, junto de líderes mundiais, a Organização das Nações Unidas lança a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nela, a ONU lista 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam configurar uma lista de tarefas a serem cumpridas até 2030 por todos os países (ONU, 2022). Estes objetivos contemplam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental, com destaque para a erradicação da pobreza e da fome, proteção do planeta e dos recursos naturais, o progresso econômico e social em harmonia com a natureza, a promoção de sociedades pacíficas, baseando-se em um sistema de parceria global, na busca de uma vida melhor para as pessoas (ONU, 2022).

Os ODS podem ser adaptados conforme o país, por isso, para adequar as metas globais à realidade brasileira, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), organizou as Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IPEA, 2018; ONU, 2022; INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2017). De acordo com esta lista, as organizações têm um papel fundamental a ser desempenhado na busca de um desenvolvimento sustentável, sobretudo no que diz respeito aos objetivos 8, 9 e 12 (IPEA, 2018). O objetivo 8 visa o crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho para todos, tendo em vista a reavaliação do consumo dos recursos dentro de seus processos, dissociando o crescimento econômico da degradação ambiental (ONU, 2022). No que se refere às metas específicas para o Brasil, a proposta dentro do objetivo 8 é sustentar o crescimento econômico *per capita* anual médio de 1,6% entre 2016 e 2018; e de 2,55% entre 2019 e 2030 (IPEA, 2018).

O objetivo 9 sugere construir infra estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Um dos caminhos é modernizar a infraestrutura

e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias, processos industriais limpos e ambientalmente corretos (ONU, 2022). O objetivo 12 busca assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis, incentivando as empresas a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios (ONU, 2022). Embora este instrumento esteja voltado para orientar governos, diversos setores da sociedade concordam que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável também são compatíveis com a realidade empresarial e poderá funcionar como um direcionador dos esforços das organizações comprometidas com o desenvolvimento sustentável (INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2017).

Apesar disso, existem alguns desafios e dificuldades na implementação de processos de manufatura sustentáveis, principalmente devido à cultura industrial da produção tradicional e um possível aumento de custos para desenvolver tecnologias inovadoras e alternativas eficientes (BORK et al, 2016; ALVES; OLIVEIRA, 2007; PEATTIE; PEATTIE, 2009). No Brasil, duas recentes catástrofes ambientais ganharam destaque na mídia e despertaram discussões sobre a relação do homem com a natureza: Mariana em 2016 (ALESSI, 2019) e Brumadinho, ocorrida em 2019 (LOPES, 2019). Outro destaque são as queimadas que cresceram na Amazônia e provocaram uma nuvem de fumaça que chegou a São Paulo, no dia 19 de agosto de 2019 (MOREIRA; TOLEDO, 2019).

Apesar da grandeza, o ecossistema da Amazônia é sensível a quaisquer interferências. A destruição da floresta está diretamente relacionada à crise climática, ou seja, quanto mais desmatamento e incêndios, mais emissões de gases de efeito estufa e aquecimento global ocorrerão (GREENPEACE, 2019). O efeito estufa, o desmatamento, o aumento do número de animais em vias de extinção, a poluição do ar, da água e da terra são grandes transformações pelas quais o planeta está passando, relacionando o homem como responsável pelo desequilíbrio ecológico (BORK et al, 2016). Deste modo, é relevante que as empresas busquem rever suas condutas e mudar processos, assumindo um compromisso com a responsabilidade socioambiental.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, descritiva, com estudo de caso realizado com dados da empresa Banco do Brasil (PRODANOV; FREITAS, 2013; YIN, 2015). No *ranking* de 2019 da The Global 100, o Banco do Brasil, a única empresa brasileira a figurar entre as 10 primeiras da lista, apresentou 78.15% de desempenho. Este percentual é o resultado de 21 indicadores que são avaliados durante o processo, entre eles estão: energia, emissões de carbono, consumo de água, resíduos sólidos, capacidade de inovação, pagamentos de impostos, a relação entre o salário médio do trabalhador e o do CEO, número de fatalidades, planos de previdência corporativos e o percentual de mulheres na gestão, entre outros. (CORPORATE KNIGHTS, 2019). Cada indicador é relacionado aos respectivos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para início das pesquisas, primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos nos principais bancos de dados, em setembro de 2019, sobre os dois principais termos estudados: “Desenvolvimento Sustentável” e “Responsabilidade Socioambiental Corporativa”. No SPELL foram encontrados 182 artigos sobre Desenvolvimento Sustentável e 124 sobre Responsabilidade Socioambiental Corporativa; na base SCIELO 1388 Desenvolvimento Sustentável e 10 sobre Responsabilidade Socioambiental Corporativa; EBSCO com 58 artigos sobre Desenvolvimento Sustentável e 73 de Responsabilidade Socioambiental Corporativa. No total, identificou-se 24 artigos sobre Desenvolvimento Sustentável e 21 sobre Responsabilidade Socioambiental Corporativa cujos conceitos e temáticas eram aderentes ao objetivo proposto neste estudo.

Na coleta de dados foi realizada uma análise documental com observação netnográfica não participante (técnica em que o pesquisador tem contato com a realidade a ser pesquisada, mas não interfere) e sistemática (com registro através de *print* de telas e download de arquivos) de Agosto a Outubro de 2019 (PRODANOV; FREITAS, 2013). Foram analisados dados disponíveis no site da publicação Corporate Knights, como o próprio *ranking*, documentos relacionados ao detalhamento de sua metodologia e seus indicadores-chave de desempenho, bem como relatórios disponibilizados no site do Banco do Brasil.

Os dados foram interpretados de acordo com a análise de conteúdo, seguindo as recomendações de Bardin (2016). Os procedimentos recomendados pela autora abordam a explicitação, sistematização, categorização do conteúdo, para posterior inferência e interpretação. Foram definidas como categorias de análise: as dimensões sociais, ambientais e econômicas. Este processo possibilitou uma maior compreensão de como a organização organiza suas ações ambientais, identificando como são definidas as estratégias e o que é considerado na concepção de campanhas e ações de marketing verde e demais tomadas de decisão que envolve o posicionamento socioambiental, conforme detalhado no próximo tópico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a menção no The Global 100 em 2019, é a quarta vez que o Banco do Brasil é listado no ranking entre as instituições mais sustentáveis do mundo, sendo novamente eleito nos anos de 2021 e 2022. O banco já investiu R\$ 193 bilhões em Economia Verde, incluindo recursos para o Programa Água Brasil, parceria de quase 10 anos com a Agência Nacional de Águas, a Fundação Banco do Brasil e o WWF-Brasil. A instituição pretende diminuir sua emissão de carbono, aperfeiçoar o uso dos recursos e incentivar políticas de inclusão social. (MEIRELES, 2019). Identifica-se na Tabela 1 os indicadores avaliados pela Corporate Knights (2019) e as respectivas pontuações obtidas pelo banco:

Tabela 1 - Indicadores de desempenho do Banco do Brasil S.A.

Indicador	Score (%)
Produtividade Energética	99,1
Emissões de gases do efeito estufa	97
Produtividade da Água	67,3
Gestão de Resíduos	76,7
Produtividade de Compostos Orgânicos Voláteis	0,0
Emissão de Nitrogênio	0,0
Emissão de Óxidos de Enxofre	0,0
Produtividade de Material Particulado	0,0
Capacidade de Inovação	0,0
Porcentagem de imposto pago	38
Média entre o salário do CEO e do empregado	0,0
Status do Fundo de Pensões	92,3
Pontuação de Sustentabilidade do Fornecedor	11,3
Acidentes	100
Fatalidades	11,3
Rotatividade de funcionários	97,7
Mulheres na gerência executiva	2,6
Mulheres em seu quadro	0,0
Bônus pago aos executivos pela realização de ações socioambientais	0,0
Fundo Previdenciário	0,0
Receita Limpa	100
Média total	78,15

Fonte: Adaptado de Corporate Knights (2019).

O Banco do Brasil utiliza um Relatório Anual para divulgar aos acionistas, investidores, funcionários, clientes, representantes do governo e sociedade a maneira como opera seus negócios e quais seus decorrentes efeitos nas esferas econômica, ambiental e social. Publicado em meio eletrônico desde 2010, o Relatório é desenvolvido de acordo com os GRI *Standards* e auditado pela KPMG Auditores Independentes (BANCO DO BRASIL, 2018).

A governança e a gestão da sustentabilidade são praticadas pelo Banco do Brasil (BB) há mais de dez anos. O Código de Ética e o Plano de Sustentabilidade Agenda 30 BB são exemplos dessas ações, bem como os diversos pactos e compromissos públicos voluntários dos quais o BB participa. Esses compromissos abordam estratégias, políticas e normativas que orientam as rotinas da empresa (BANCO DO BRASIL, 2019). Ao sinalizar que a inovação e sustentabilidade são caminhos fundamentais para o futuro, o Banco do Brasil contempla as ações sustentáveis descritas pelos autores Feil e Schreiber (2017); Amaral, Stefano e Chiusoli, (2018); Alves (2019); Silva, Lacerda e Junior (2005) e Calixto (2008).

A Agenda 30 BB 2019–2021 foi atualizada a partir da verificação de tendências nacionais e internacionais em sustentabilidade, índices de mercado como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), demandas da sociedade e das iniciativas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e da convergência dessas ações em relação à Estratégia Corporativa. A versão contempla 50 ações e 86 indicadores para aperfeiçoar a governança em sustentabilidade e a gestão do risco socioambiental, promovendo iniciativas para a inclusão social e financeira por meio de projetos e soluções sustentáveis (BANCO DO BRASIL, 2018).

Em virtude do seu engajamento com as ações socioambientais, o Banco do Brasil possui nota máxima no Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-SEST) e melhor pontuação, entre 488 participantes, no Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG), do Tribunal de Contas da União (TCU) A visão do Banco do Brasil é ser a empresa que proporciona a melhor experiência para a vida das pessoas e promove o desenvolvimento da sociedade, de forma inovadora, eficiente e sustentável (BANCO DO BRASIL, 2019).

No Plano de Sustentabilidade (Agenda 30 BB), o BB aborda suas ações de Responsabilidade Socioambiental, composta por 17 desafios que consideram os diferentes âmbitos da sustentabilidade. No total, a empresa movimentou R\$ 108,04 bilhões em torno de negócios sociais, entre eles Pronaf, BB Crédito Acessibilidade, Fies, Programa Minha Casa Minha Vida e BB Microcrédito Empreendedor (BANCO DO BRASIL, 2018). As principais ações realizadas pela instituição na área social são detalhadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Principais ações/iniciativas no âmbito social realizadas pelo Banco do Brasil

(continua)

Ação/ Iniciativa	Descrição
Conselho de Clientes	Ambiente livre para esse público se manifestar de forma franca e direta na interação com a alta administração do BB. O espaço é importante também para aprimorar o atendimento, relacionamento, os processos, produtos e serviços, visando à melhoria da experiência e satisfação. Ao término das reuniões do Conselho são elaborados relatórios com os principais encaminhamentos dos conselheiros, compartilhados com as áreas gestoras.
Fundação Banco do Brasil	Com 33 anos, a Fundação Banco do Brasil tem pautado suas ações em busca da inclusão socioproductiva dos segmentos mais vulneráveis da sociedade. O alcance dos programas e projetos, espalhados em todo território brasileiro, foi potencializado pela articulação de parcerias e apoios no investimento social. Nos últimos

	10 anos, foram R\$ 2,8 bilhões em investimento social e mais de 3,6 milhões de pessoas impactadas.
Programas de Aprendizagem - Adolescente e Jovem	O Banco do Brasil desenvolve programas voltados para o público adolescente (14 a 17 anos). Além do Programa Aprendiz BB mantido para o público adolescente, em 2014 o Banco implementou também o Programa Jovem Aprendiz BB contemplando jovens entre 18 e 24 anos de idade, para atuação na função de Agente de Microcrédito.
Programas Estágio de Estudantes	O Programa Estágio de Estudantes oferecido pelo Banco do Brasil visa proporcionar ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, por meio da participação em situações reais de trabalho.
Voluntariado	O Programa Voluntariado BB tem como objetivo apoiar, estimular e reconhecer ações voluntárias que envolvam a qualidade de vida, justiça social, proteção do meio ambiente e outras voltadas à construção da cidadania plena, tanto nas práticas internas quanto no relacionamento com as comunidades onde o Banco está inserido.
Doações Incentivadas	O Banco do Brasil alavanca a sua atuação no ISP direcionando parte do seu imposto de renda devido, via incentivos fiscais, para projetos que estimulam políticas públicas em iniciativas sociais.
Programa Minha Casa Minha Vida	Auxilia a economia e a sociedade brasileira, a redução do déficit habitacional, o crescimento de toda a cadeia da indústria da construção civil e a melhoria da qualidade de vida.

Fonte: Adaptado de Banco do Brasil (2018).

Em seu relatório anual de 2018, o Banco do Brasil comunicou que suas ações sociais resultaram na inclusão social de comunidades. Sobretudo por ser uma instituição financeira, o Banco do Brasil possui iniciativas como operações de microcrédito, como a concessão de crédito rural, que consequentemente promovem a inclusão social e modelos de negócios que promovem a transição para uma economia verde e inclusiva (BANCO DO BRASIL, 2018). Além disso, outras ações são realizadas no âmbito social, como ampliação do escopo de atuação do Comitê de Remuneração que passou a ser denominado Comitê de Remuneração e Elegibilidade (Corem), Criação do Comitê de Riscos e de Capital (Coris) cuja finalidade é assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício das suas funções relativas à gestão de riscos, entre eles o risco socioambiental e de capital.

Dentro de seu programa de capacitação, a empresa aborda a sustentabilidade a partir do programa Trilha de Sustentabilidade, realizando 297 mil horas de treinamento, com o objetivo de disseminar a cultura da sustentabilidade para seus funcionários (BANCO DO BRASIL, 2018). A Política de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil, aborda temáticas como a promoção da qualidade de vida no trabalho, considerando a saúde do indivíduo em suas dimensões biológica, psicológica e social. Entre as ações realizadas dentro dessas políticas, o programa destaca benefícios como ergonomia do ambiente de trabalho, gerenciamento de estresse, cesta alimentação, horas de trabalho flexíveis e licença maternidade e paternidade acima do mínimo legal exigido (BANCO DO BRASIL, 2018).

Na área ambiental, as informações disponibilizadas pela instituição estão alinhadas à Política de Responsabilidade Socioambiental. O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) segue as especificações da Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14.001, de 2015. Com o foco na ecoeficiência, os principais programas e iniciativas ambientais são detalhados no quadro 3.

Quadro 3 - Principais ações/iniciativas no âmbito ambiental realizadas pelo Banco do Brasil

Ação/ Iniciativa	Descrição
Programa de Conservação de Energia (Procen)	Promove o uso responsável de energia elétrica nos imóveis.
Programa de Uso Racional da Água (Purágua)	Busca o consumo inteligente de água por meio de ações de conscientização, manutenção e instalação de equipamentos para consumo otimizado.
Programa de Recondicionamento de Cartuchos e Toner (Prorec)	Promove a gestão ecoeficiente de cartuchos de toner para impressoras, com adoção da logística reversa.
Utilização ampla de videoconferências	Os sistemas de videoconferência, amplamente utilizados, possibilitam a comunicação em tempo real, proporcionando economia de tempo e recursos empregados em viagens, assim como a redução de emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE).
Programa Coleta Seletiva	Engloba iniciativas para a gestão dos resíduos sólidos não perigosos, recicláveis e não recicláveis, gerados nas unidades. Os resíduos recicláveis (papel, plástico, metal e vidro) são encaminhados prioritariamente para mais de 400 cooperativas e associações de catadores; os resíduos orgânicos e não recicláveis são destinados à coleta pública.
Programa BB Papel Zero	Iniciativas que promovem o desenvolvimento de soluções visando a redução do consumo de papel no BB.
Certificações Cerflor/FSC nos papéis	Todo papel adquirido pela instituição possui certificações Cerflor ou FSC, ou seja, sua produção respeita o padrão de qualidade e sustentabilidade.
Publicação anual do Inventário de Emissão de GEE	O Inventário de Emissão de GEE mensura as emissões de CO ₂ e (dióxido de carbono equivalente), baseado na metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol.
Desenvolvimento de Modelo de Verificação Ambiental Interno	O piloto do Modelo de Verificação Ambiental Interna foi concluído no Distrito Federal e será estendido a todas as unidades.
Portal de Eficiência Energética e Hídrica – internet BB	Disponibiliza orientações e dicas sobre o uso dos recursos naturais de forma ecoeficiente, especialmente sobre o uso de energia solar.
Projeto Rural Sustentável	Criado para incentivar pequenos e médios produtores a adotar tecnologias de baixa emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), bem como treinar e remunerar os agentes de assistência técnica responsáveis pela elaboração e acompanhamento dos projetos.
Programa Agro Energia	O programa promoverá a instalação de placas fotovoltaicas, aerogeradores e/ou biodigestores no meio rural, estimulando o uso de energias renováveis no meio rural, para que o custo de produção seja reduzido nos terrenos rurais. Entre 2017 e 2018, o volume de recursos alocados no programa foi de R\$ 512 milhões, destinados a projetos apresentados por pessoas físicas, jurídicas e cooperativas.

Fonte: Adaptado de Banco do Brasil (2018).

Na área de Economia Verde, o Banco do Brasil elaborou, em conjunto com a WWF-Brasil, um documento chamado As Diretrizes de Sustentabilidade - Agronegócio, Agricultura Irrigada, Energia Elétrica, Construção Civil, Mineração, Petróleo & Gás, Transportes, Papel & Celulose e Siderurgia Banco do Brasil para o Crédito. Nele, o banco busca dar visibilidade às práticas negociais e administrativas adotadas, a fim de reforçar seus compromissos públicos assumidos e em alinhamento aos princípios de responsabilidade socioambiental constantes de suas políticas. O Banco do Brasil busca mitigar riscos socioambientais e reduzir os impactos de seus financiamentos e investimentos, bem como identificar novas oportunidades dentro dos negócios sustentáveis (BANCO DO BRASIL, 2019).

As ações que são destaque dentro do âmbito econômico estão descritas no Quadro 4.

Quadro 4 - Principais ações/iniciativas no âmbito econômico realizadas pelo Banco do Brasil

(continua)

Ação/ Iniciativa	Descrição
Desenvolvimento de estudo comparativo entre risco e retorno	Ação baseada no desenvolvimento de um estudo comparativo entre risco e retorno de atividades de alto impacto e economia verde.
Criação da base de perdas consolidada para o risco socioambiental	Iniciativa que representa aprimoramento no processo de gestão do risco e atende à determinação do regulador e da autorregulação bancária.
Atualização do documento “Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito”	Ação voltada para os setores de Petróleo & Gás e Mineração, a partir das contribuições coletadas em Painel de Públicos de interesse, com clientes, funcionários, especialistas em sustentabilidade, representantes da sociedade civil e do governo.
BB Ações de Equidade	O fundo BB Ações Equidade destina-se aos segmentos <i>Private</i> e <i>Varejo</i> e se caracteriza por alocar recursos em empresas de capital aberto, signatárias dos Princípios de Empoderamento das Mulheres.
Estratégia de transformação digital	Estratégia de transformação digital que contribuiu para redução do consumo de papel em 628 toneladas.
Programa de Recondicionamento de Cartuchos e Toner (Prorec)	Programa de Recondicionamento de Cartuchos e Toner (Prorec).
Modelos de Negócios para Reflorestamento de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL)	Possibilita a adequação ambiental das propriedades rurais por meio da adoção, em 2018, de um modelo de recuperação florestal, com 50% de espécies nativas e 50% de espécies exóticas. O projeto está de acordo com o novo Código Florestal e visa à viabilidade técnica e econômico-financeira das propriedades.
Soluções para gestão de riscos relacionadas aos Critérios Socioambientais para <i>commodities</i>	Promove debates com especialistas para discussão dos critérios socioambientais para financiamento de <i>commodities</i> no Brasil. Foram mapeados riscos socioambientais e de gestão nas cadeias produtivas da soja, milho, algodão e arroz. O resultado desse processo é a elaboração da Matriz de Gestão de Risco Socioambiental, documento que inclui medidas para identificação, mensuração e gestão de risco socioambiental nas propriedades.
Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito	O processo de atualização do documento contou com a realização do Painel de <i>Stakeholders</i> para os setores de construção civil e energia elétrica, oportunidade para coleta de críticas e sugestões dos públicos de relacionamento.

Fonte: Adaptado de Banco do Brasil (2018).

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) orienta o comportamento da instituição em relação à responsabilidade socioambiental. Através do Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB e das diretrizes das normativas internas, são abordadas variáveis econômicas, sociais e ambientais, de processos, produtos e serviços. Entre os destaques desta Agenda, está o aumento da eficiência operacional e menor utilização de recursos naturais em razão da digitalização de produtos e serviços, que reduziu o volume de doze folhas utilizadas para uma, por operação. Além disso, o lançamento dos fundos BB Equidade (BB Ações Equidade e Ações Equidade *Private*), alocou recursos em empresas envolvidas com os Princípios de Empoderamento das Mulheres. Houve também a redução de 4,8 milhões de faturas impressas e R\$ 9,2 milhões de economia em razão do envio via e-mail; e contratação de 1.336 operações no Programa Agro Energia para financiamento de equipamentos de geração de energia renovável (BANCO DO BRASIL, 2018).

A instituição financeira compreende que a responsabilidade socioambiental está relacionada à ética, com o compromisso e o respeito como atitude nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio ambiente. Ela reconhece que a atividade produtiva, urbana ou rural, pode gerar no longo prazo impactos negativos sobre os ecossistemas e a

qualidade de vida das pessoas ao mesmo tempo em que produz benefícios econômicos positivos, por isso se engaja em prol da sustentabilidade. Tais ações correspondem às pautas destacadas pelos autores Aligleri, Aligleri e Kruglianskas (2009); Calixto (2008); Dias (2011); Feil e Schreiber (2017); Amaral, Stefano e Chiusoli, (2018); Alves (2019); Silva, Lacerda e Junior (2005).

Enfim, o DS é um dos motivos para que as instâncias pública e privada exerçam a promoção do bem-estar social, bem como a continuidade e manutenção dos recursos naturais para as próximas gerações. Ações éticas refletem em credibilidade e solidez são consideradas fatores indispensáveis a uma instituição financeira. A atuação transparente e a observância das leis e regulações pela organização e seus colaboradores garantem maior confiabilidade e determinam a satisfação de clientes e acionistas. A gestão da ética contribui para a prevenção de atos ilícitos e redução de perdas financeiras e de danos à reputação, pois fragilidades em processos, sistemas e pessoas podem acarretar riscos e, conseqüentemente, prejuízos aos públicos de interesse (DE LIMA; DA SILVA COSTA; ALVES, 2019).

5 CONCLUSÃO

Apesar da grande necessidade de se buscar caminhos que levem ao desenvolvimento sustentável, ainda há muito o que se refletir a respeito da relação atual do homem com o meio ambiente. As responsabilidades socioambientais estabelecidas entre organizações e sociedade funcionam como um acordo, onde as duas partes precisam agir concomitantemente para que ocorram impactos positivos no futuro do planeta, para isso, a educação e o treinamento ambiental são fundamentais.

Em seu Relatório Anual, o Banco do Brasil considera o desempenho em sustentabilidade um de seus focos, nas dimensões econômica, social e ambiental, dado que a geração de retornos sustentáveis no longo prazo, indo além das questões financeiras e dos riscos tradicionais. Isso demonstra a relevância de adotar a responsabilidade ambiental com seriedade e comprometimento, avaliando de maneira sistêmica quaisquer impactos que a organização pode produzir. A análise confirmou o alinhamento do conteúdo socioambiental com as atitudes adotadas pela instituição, sobretudo, no que diz respeito à transparência.

Embora o objetivo tenha sido alcançado, foram observadas algumas limitações, dentre as quais destaca-se o desenho metodológico dos procedimentos de coleta de dados empíricos analisados, todos oriundos dos relatórios públicos disponibilizados pela empresa analisada. A veracidade das informações não se coloca em dúvida, visto que os relatórios são auditados por órgãos externos, independentes. No entanto, é possível que os dados e informações passaram por tratamento prévio, no tocante à forma, com evidente prejuízo aos detalhes operacionais inerentes aos projetos e programas implantados.

Por este motivo, sugere-se como pesquisas futuras realizar também entrevistas em profundidade com os colaboradores institucionais envolvidos com os projetos socioambientais operacionalizados, bem como survey com uma amostra representativa de todos os colaboradores da empresa, com o intuito de capturar seu ponto de vista, ou seja, a percepção acerca do envolvimento da instituição com o desenvolvimento sustentável.

À guisa de conclusão, é possível afirmar que apesar das limitações indicadas neste estudo, os autores entendem que o trabalho de pesquisa ofereceu contribuição relevante no tocante à compreensão de processos organizacionais empreendidos por empresas reconhecidas, nacional e internacionalmente, pelo seu engajamento com o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A.; STEFANO, S. R.; CHIUSOLI, C. L. Sustentabilidade Organizacional na Perspectiva do Triple BottomLine: O Caso Itaipu Binacional. **Revista Eletrônica Científica do CRA-PR-RECC**, v. 5, n. 1, p. 64-80, 2018.
- ALESSI, G. **Três anos depois, vítimas de Mariana ainda esperam ter casas reconstruídas**. Jornal El País. Jan/2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/25/politica/1548443780_104893.html. Acesso em: 20 maio 2022.
- ALIGLERI, L.; ALIGLERI, L. A.; KRUGLIANSKAS, Isak. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. [S.l.: s.n.], 2009.
- ALVES, R. R. **Sustentabilidade empresarial e mercado verde: A transformação do mundo em que vivemos**. Editora Vozes Limitada, 2019.
- ALVES, S. M.; OLIVEIRA, J. F. G. Adequação ambiental dos processos usinagem utilizando produção mais limpa como estratégia de gestão ambiental. **Revista Produção**, p. 129-138, Abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/CRV6zkY8YkchVDCg8pp9G3F/?lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2022.
- BANCO DO BRASIL. **Relatório anual 2018**. 2018. Disponível em: <https://www45.bb.com.br/rao/ri/ra2018/pt/index.html>. Acesso em: 24 out. 2019.
- _____. **Sustentabilidade**. 2019. Disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/sobre-nos/sustentabilidade#/>. Acesso em: 24 out. 2019.
- BARBIERI, José Carlos; DA SILVA, Dirceu. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p. 51-82, 2011.
- BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 2016.
- BENITES, L. L. L.; PÓLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Revista de Administração da UFSM**, v. 6, n. Edição Especial, p. 827-841, 2013. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/13376/a-sustentabilidade-como-ferramenta-estrategica--->. Acesso em: 24 abr. 2022.
- BORK, C.A.; et al. Methodological tools for assessing the sustainability index (SI) of industrial production processes. **Int. J. Adv. Manuf. Technol**, 87, 1313–1325, 2016.
- CALIXTO, L. Responsabilidade Socioambiental: Pública ou Privada?. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 123-147, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/363>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- CORPORATE KNIGHTS. **2019 Global 100 results**. Jan 2019. Disponível em: <https://www.corporateknights.com/rankings/global-100-rankings/2019-global-100-rankings/2019-global-100-results/>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- DE LIMA, V. M.; DA SILVA COSTA, S. T.; ALVES, F. C. A Contabilidade com Enfoque no Balanço Social e suas Contribuições para uma Gestão Estratégica Empresarial Eficiente. **Revista GeTeC**, v. 8, n. 20, 2019.

- DE PASSOS, P. N. C. A conferência de Estocolmo como ponto de partida para a proteção internacional do meio ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, n. 6, 2009.
- DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. In: Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. Atlas, 2011.
- ELKINGTON, John. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape**. BR, v. 15, n. 3, p. 667-681, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/hvbYDBH5vQFD6zfjC9zHc5g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- GREENPEACE. **Greenpeace captures images of fires in the Amazon**. 2019. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/23958/greenpeace-captures-images-forest-fires-amazon>. Acesso em: 20 maio 2022.
- GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+ 20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos Ebape**. BR, v. 10, n. 3, p. 508-532, 2012.
- INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, **8 medidas para preservar água**. 2017. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/8-medidas-para-preservar-agua/#.XVmq3ehKj4Y>. Acesso em: 22 maio 2022.
- LOPES, R. **Cientistas comparam desastre em Brumadinho a tragédia na Roma Antiga**. *Jornal A Folha de São Paulo*. Fev/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/02/cientistas-comparam-desastre-em-brumadinho-a-tragedia-na-roma-antiga.shtml>. Acesso em: 8 fev. 2022.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Editora Feevale. 2013.
- MALHEIROS, T. F. et al. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde Soc**. São Paulo, v.17, n.1, p. 7-20, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n1/02>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- MEIRELES, T. WWF Brasil. **Ranking lista as empresas mais sustentáveis do mundo**, 2019. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?69562/Ranking-lista-as-empresas-mais-sustentaveis-do-mundo/>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- MOREIRA, M; TOLEDO, K. Satélites mostram invasão de ‘rio de fumaça’ de queimadas sobre São Paulo. **Folha de São Paulo**. Ago. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/satelites-mostram-invasao-de-rio-de-fumaca-de-queimadas-sobre-sao-paulo.shtml> . Acesso em: 2 mar. 2022.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 17 abr. 2022.
- PEATIE, Ken; PEATTIE, Sue. Social marketing: A pathway to consumption reduction? **Journal of Business Research**, v. 62, n. 2, p. 260-268, 2009.
- SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEQUINEL, Maria Carmen Mattana. Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável- Joanesburgo: entre o sonho e o possível. **Análise conjuntural**, v. 24, n. 11-12, p. 12, 2002.

SILVA, F. M; LACERDA, P. S B; JUNIOR, J. J. **Desenvolvimento Sustentável e Química Verde**. *Quim. Nova*, Vol. 28, No. 1, 103-110, 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422005000100019. Acesso em: 2 mar. 2022.

VAN BELLEN, H. M. **Desenvolvimento Sustentável**: Uma Descrição das principais ferramentas de avaliação. *Ambiente & Sociedade*, v. VII, nº. 1 jan./jun., 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/NSw4xBCBbpy7XjbywqGxCfq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Bookman editora, 2015.